

Política

Sarney vetará projetos do esforço concentrado

Brasília — O Congresso nacional fez esforço em vão. O presidente José Sarney deverá vetar, total ou parcialmente, quase todos os projetos apresentados pelo Legislativo e aprovados durante as sessões de “esforço concentrado”, nos últimos dias que antecederam o recesso parlamentar de julho. São 30 projetos e nenhum deles escapará da caneta presidencial.

Ingênuos, sem base legal ou simplesmente oportunistas, vários projetos aprovados pelo Congresso esbarram muitas vezes em questões técnicas tão evidentes que, no Palácio do Planalto, chega-se a discutir a intenção dos parlamentares. O deputado Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), por exemplo, autorizou o Executivo a criar escolas de nível superior. O veto de Sarney será total por razão óbvia: há mais de 20 anos o Poder Executivo pode criar e fechar faculdades segundo a legislação em vigor.

O projeto que cria o subsídio do leite, proposto pelo governo federal, sofreu apenas uma emenda no Congresso e ela será vetada: o deputado José Bonifácio de Andrada (PDS-MG) propôs que a fiscalização do dinheiro concedido pelo governo ficasse a cargo da Confederação Nacional da Agricultura. O Ministério da Fazenda, consultado sobre a emenda, considerou a sugestão absurda.

O Promilho proposto pelo deputado Odilon Salmoria (PMDB-SC) também ficará para uma próxima vez. “A proposição está totalmente fora do contexto governamental. Criar órgãos significa gastar mais”, justifica um funcionário do Palácio do Planalto. E há outros exemplos: o senador Odacir Soares quis efetivar por projeto

de lei todos os professores da rede de ensino público do Distrito Federal. O ex-líder do PMDB, Freitas Nobre, tentou modificar a legislação vigente para que todos os ex-combatentes, incapacitados ou não, tivessem direito a benefícios.

O Palácio do Planalto não precisou vetar o Dia Nacional do Aipim, aprovado pela Câmara, mas rejeitado pelo Senado. Mas não escapou do projeto de Leorne Belém (CE) que estabelece: os candidatos às eleições de 86 terão os mesmos números de 1982. Impossível, pois o mesmo “esforço concentrado” do Congresso Nacional havia determinado que caberá aos partidos o número de cada candidato.

No Gabinete Civil da Presidência da República, acumulam-se os projetos e os pareceres que serão encaminhados hoje ou amanhã ao presidente da República. De todos, apenas um merecerá na íntegra a sanção presidencial: o do senador Itamar Franco que permite que os militares aposentados façam declarações políticas.

Entre os projetos do Executivo emendados por parlamentares está ainda o que cria a Fundação Universitária de São João del Rey. Inconformado em ver prestigiada a mineira São João, o senador Murilo Badaró (PDS-MG) quis tirar proveito: criou no mesmo projeto a Fundação de Ituiutaba. Sarney também vai usar aí a sua caneta para dizer não.

Para derrubar o veto presidencial, o Congresso precisaria reunir no prazo de 40 dias dois terços de seus parlamentares.

Verba liberada não contenta Câmara

Brasília — Há dias, a Seplan liberou Cz\$ 141 milhões para a Câmara dos Deputados, destinados ao pagamento de salários, encargos sociais e demais despesas de crédito pessoal de seus funcionários, suficientes para cobrir os gastos até outubro. A informação é de um técnico da Secretaria de Orçamento e Finanças do Ministério do Planejamento, contestando declaração do diretor-geral da Câmara, Ademar Sabino, de que sem verba suplementar de Cz\$ 750 milhões a Casa pode parar.

— A Câmara não corre o risco de parar em agosto por falta de dinheiro — garantiu o técnico, ressaltando que não se pode é liberar os recursos de uma só vez como é pedido porque “senão eles gastam tudo”. O mesmo técnico, entretanto, admite que houve um certo atraso para a liberação da parcela correspondente a até outubro e argumentou que a secretaria está atarefada com a elaboração do orçamento fiscal da União para 1987, que deverá ser enviado ao Congresso nesse segundo semestre.

A segunda parcela — correspondente aos meses de novembro e dezembro — será liberada pela Seplan nas próximas semanas. Os valores globais não foram fixados mas ficarão aquém do total pedido pela Câmara. O cálculo vai depender da despesa média com crédito pessoal nos próximos meses, explicou o técnico, esclarecendo que se os gastos se mostrarem

muito elevados, “menos recursos serão autorizados”.

Os números da Seplan, porém, não batem com os da Câmara. Apesar de seu diretor-geral ter advertido de que sem os Cz\$ 750 milhões extras — cerca de Cz\$ 500 milhões só para despesas com pessoal, aproximadamente 3 mil 500 funcionários (o número exato não é conhecido) — a Casa se verá em situação difícil, o 4º secretário da Mesa, deputado José Frejat (PDT-RJ), admitiu que o dinheiro dá até setembro.

Frejat explicou que a verba sequer é suplementar porque o orçamento anual da Câmara seria de Cz\$ 1 bilhão 900 milhões se seu presidente, Ulysses Guimarães, não tivesse sugerido um corte de 35% (Cz\$ 665 milhões). A medida foi sugerida pelo presidente da Câmara na época em que o Executivo começou a adotar medidas de economia, mas a Casa gastou tudo que tinha e se viu forçada a pedir de volta a diferença.

Apesar de a Câmara praticamente deixar de funcionar a partir deste mês (recesso) até novembro, Frejat disse que a verba é necessária: “Não temos sequer dinheiro para pagar os salários dos 479 deputados. Mesmo em ano de campanha, faremos semanas de esforço concentrado para votar os projetos mais importantes”.